

# A Propósito de Anchieta: Jesuítas, Índios e Colonos no Espírito Santo

Nara Saletto\*

Neste 4º centenário de sua morte, o padre José de Anchieta tem sido objeto de produções diversas, inclusive dos meios de comunicação de massa, e a expectativa de sua canonização vem despertando polêmicas. Porém, vê-se que estamos mal preparados para travar essa discussão, pois os temas que ela envolve foram quase esquecidos pelas ciências sociais nas últimas décadas, de modo que a bibliografia disponível, com raras exceções, é antiga, e mais, produzida pelos próprios jesuítas.

No Espírito Santo, a situação é ainda mais desfavorável, pois mesmo esses trabalhos pouco se detêm sobre a região, e o conhecimento acumulado sobre o início da colonização, em especial sobre os índios, é muito precário. Foi essa constatação que motivou este trabalho, que pretende colaborar para a discussão do tema, por meio da revisão e da organização das informações dispersas existentes na bibliografia disponível e na correspondência dos jesuítas, a partir de uma reflexão embasada na produção historiográfica recente e na contribuição da antropologia, fundamental para a compreensão do tema.

As informações sobre os povos que

habitavam o litoral do Espírito Santo no início da colonização são raras e, em parte, contraditórias. É certo que ao norte estavam os tupiniquins, que se estendiam desde Ilhéus até o Cricaré (São Mateus). Ao sul, até Reritiba (Anchieta), ou Guarapari, habitavam os goitacás (waitaká), que ocupavam a costa até as proximidades de Cabo Frio, fronteira com os tupinambás (tamoios), e os campos a que deram o nome, no baixo Paraíba do Sul.

É sobre a parte central da capitania, justamente onde se iniciou a colonização, que as informações são contraditórias. Gabriel Soares de Souza, escrevendo na década de 1570, diz que a região havia sido habitada pelos papanás, que teriam sido expulsos para o sertão pelos goitacás, que assim teriam chegado ao Cricaré. Porém, o mesmo autor afirma mais adiante que os tupiniquins participaram da expulsão dos papanás, e foram os inimigos dos primeiros colonos – fixados na baía de Vitória. Além disso, nas duas grandes rebeliões que quase destruíram a capitania, eles eram os atacantes. Com os goitacás, na década de 1540, e sozinhos, em 1557. É difícil acreditar que tão encarniçado inimigo habitasse uma região distante, pois,

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
  
D  
E  
  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A

embora os portugueses talvez realizassem “saltos” (ataques visando à captura) contra eles ao norte do Cricaré, o conflito deveria ser mais agudo com os habitantes do local onde se fixaram, cujas terras ocuparam. Esses, ou se tornariam aliados, e não foi o caso, como veremos, ou ferrenhos inimigos. Finalmente, os jesuítas fazem referências aos tupiniquins no sertão próximo a Vitória, em meados do século.

A. Métraux, em seu bem conceituado trabalho sobre os tupi-guaranis, também duvida do limite dos tupiniquins no Cricaré, sugerindo que eles talvez chegassem até a vizinhança dos portugueses, o que me parece mais provável. Em todo caso, a baía onde teve início a colonização era habitada por eles ou pelos goitacás.

Havia ainda os temiminós, que alguns autores, inclusive Métraux, localizam no curso inferior e nas ilhas do rio Paraíba do Sul, e no sul do Espírito Santo, local que, segundo Gabriel Soares, pertencia ao território dos goitacás. Adversários dos tupinambás, teriam sido pressionados por estes, e uma parte deles migrou para o centro do Espírito Santo, em meados do século.

Excetuando os goitacás, eram povos tupis, cuja língua era falada por grande parte dos colonos e dos jesuítas, e cuja cultura é bastante conhecida, graças às numerosas informações deixadas pelos contemporâneos.

Tanto a localização quanto a demografia dos povos indígenas alteraram-se rapidamente com a chegada dos portugueses. O início da colonização foi marcado por uma verdadeira catástrofe demográfica e um amplo deslocamento das populações indígenas. Um

estudo de Warren Dean sobre os tupinambás do Rio de Janeiro (os tamoios), povo sobre o qual há fontes numerosas, avaliou a população tupinambá do litoral em cerca de 100 mil pessoas, em 1501. Cinquenta anos depois, quando estava começando a efetiva ocupação da terra, essa população teria caído para algo entre 57 mil e 63 mil. No final do século, os tupinambás estavam praticamente extintos no litoral, e o número dos que teriam fugido para o interior não seria significativo.

Na Bahia, o quadro não foi diferente, como informa Anchieta, já nos anos 80: “A gente [os índios] que de 20 anos a esta parte é gastada nesta Bahia, parece cousa que se não pode crer; porque nunca ninguém cuidou que tanta gente se gastasse nunca, quanto mais em tão pouco tempo; porque nas 14 igrejas que os padres tiveram, se juntaram 40 mil almas [...] agora, se as 3 igrejas que restam tiverem 3500 almas será muita”. Isto quanto aos aldeados. Quanto aos escravizados – diz ele –, “há seis anos um homem honrado dessa cidade [...], oficial da Câmara, disse que eram descidas do sertão [...] naqueles (últimos) dois anos, 20 mil almas [...] para as fazendas dos portugueses”, e daí em diante “sempre os portugueses desceram gente para suas fazendas, um trazia 2 mil, outro 3 mil, outros mais, outros menos, [calculando] de seis anos a essa parte o que isso podia somar, se chegam ou passam de 80 mil almas” [contando as das aldeias]. “Vão ver agora” – continua Anchieta – “os engenhos e as fazendas da Bahia, achá-los-ão cheios de negros de Guiné, e muito poucos da terra e se perguntarem por tanta gente, dirão que morreu...” (ANCHIETA, 1988, 385-386). Em outro texto do mesmo















1975, 103). Efetivamente, esse foi o último grande levante.

Mem de Sá foi o governador que “sujeitou o gentio” e impôs os aldeamentos, realizando a política formulada pelos jesuítas – por Nóbrega, sua cabeça política – para os indígenas, depois de alguns anos de experiência na catequese.

Inicialmente, os jesuítas apostaram na eficácia da pregação tradicional, na qual o pregador leva a doutrina religiosa aos pagãos e procura convencê-los e convertê-los, e na educação de meninos índios, que se tornariam agentes da cristianização em suas comunidades. Procuraram tornar a pregação atraente, utilizando inclusive elementos da cultura indígena, o que lhes custou um conflito com o bispo Fernandes Sardinha. Assim, na Bahia, saíam em “romaria”, “terra adentro”, jesuítas e alguns meninos que educavam. Levavam uma cruz levantada, adornada com “plumas da terra, muito formosa, [...] com o Menino Jesus no cimo, vestido de anjo, com uma espada pequena na mão.” Tocavam e cantavam, tanto músicas portuguesas quanto compostas no Brasil, à moda indígena. Distribuía-se em fileiras de 2 em 2 ou 3 em 3, e entravam nas aldeias pregando em altas vozes (como era costume dos indígenas quando queriam falar à comunidade) (LEITE, 1940, 132).

No início, a conversão dos índios parecia avançar; eles se interessavam pela pregação, demonstravam acreditar no que lhes ensinavam sobre Deus, e, sobretudo, temer o inferno e o Juízo Final. Muitos pediam o batismo. Porém, logo se deu conta Nóbrega, cristianizá-los efetivamente era muito difícil:

“crêem em nós como crêem em seus feiticeiros”, lamentava o padre, e o crédito “não é tanto que baste para afasta-los de seus velhos costumes” (LEITE, 1954, 452).

Havia ainda o problema prático criado pelo nomadismo. As aldeias mudavam de local freqüentemente e a mudança interrompia o trabalho de catequese. Às vezes mudavam para escapar da ação dos colonos, ou dos jesuítas, como aconteceu em São Paulo, onde, depois de anos de trabalho, Anchieta viu os índios das aldeias se dispersarem, abandonando a catequese. Sobretudo, havia o problema da violência dos colonos em relação aos índios, que revoltava estes e os tornava refratários à ação dos jesuítas.

O entusiasmo inicial com o trabalho missionário logo deu lugar ao desânimo, manifestado nas cartas de Nóbrega, Anchieta e Luís da Grã, as lideranças dos jesuítas na época.

Nóbrega formulou então o projeto de estabelecer uma missão entre os guaranis (carijós), considerados pelos jesuítas muito mais receptivos à catequese. Lá, afastados dos brancos, poderiam reunir muitos índios em grandes aldeias, sob a autoridade dos padres. Foi o que fizeram com sucesso os jesuítas das colônias espanholas nas Missões do Paraguai. Porém, o projeto não pôde se concretizar: as terras dos guaranis estavam situadas além do meridiano de Tordesilhas, e o governo-geral se opôs terminantemente a ele. Nóbrega ainda tentou estabelecer a missão em outro ponto isolado do sertão, mas nem isso foi possível, pois o governo temia que o estabelecimento dos jesuítas atraísse os colonos, o que contrariava a política portuguesa de









jesuítas era fundamental: garantir a existência das aldeias, governar os índios e cristianizá-los. O aldeamento significava a rápida destruição da organização social e da cultura indígenas e a conseqüente perda de sua identidade.

E assim o processo de integração dos indígenas à ordem colonial avançava, apesar das contradições entre as forças colonizadoras, pois elas eram largamente compensadas pela divisão entre os índios.

No Espírito Santo, o aldeamento começou com índios vindos de fora, os maracajás (índios do Gato), aliados dos portugueses, que viviam na ilha do Governador, na baía da Guanabara, de onde foram expulsos por seus inimigos tamoios, aliados dos franceses. Os jesuítas, que tiveram contato com eles na Guanabara, os designavam no início apenas como índios do Gato, seja porque traduzissem maracajá, que em tupi significava um tipo de gato do mato, seja devido ao fato de que o chefe que migrou para o Espírito Santo se chamava Maracajaguaçu (gato grande), sem esclarecer se a denominação referia-se apenas a um grupo de algum dos povos conhecidos da região ou se se tratava de outro povo. Mais tarde, quando tomaram contato com os temiminós no Espírito Santo, passaram a se referir a eles como integrantes desse povo. Jean de Léry, chamando-os de margaiá, considerava-os tupimambás, e Plínio Ayrosa reforça esta afirmação, referindo-se a estudos que demonstrariam constituírem eles um dos numerosos grupos tupiniquins, e registra outras denominações que receberam, além das mencionadas: maragaiá, maragajá, maracaiá,

etc. Métraux também considera essas denominações como referentes a tupiniquins. Em todo caso, eram certamente tupis.

Em 1555, segundo relatos dos jesuítas, o chefe Maracajaguaçu, apossado pelos tamoios, pediu socorro aos portugueses do Espírito Santo. Vasco Fernandes Coutinho não podia perder a oportunidade de obter aliados valiosos e enviou uma frota, com quatro navios bem armados, que chegou quando os maracajás estavam no fim de sua resistência, e conseguiu transportar Maracajaguaçu e sua parentela para Vitória. Eles se instalaram na Serra, formando uma taba, na qual os jesuítas logo iniciaram a catequese. O chefe indígena foi tratado com grande deferência pela elite da capitania. Um de seus filhos, seriamente doente, recebeu o batismo e casou-se, tendo como padrinhos alguns dos mais poderosos colonos. Quando o índio faleceu, meses depois, fizeram-lhe uma cerimônia solene, com a presença do donatário, que fez Maracajaguaçu sentar-se entre ele e seu filho, e depois do ato levou-o a sua casa, onde tiveram uma reunião da qual se sabe apenas que o donatário convidou o índio a receber o batismo e, ante sua resposta afirmativa, declarou "que lhe queria fazer uma grande festa no dia de seu batizado [...] e queria que ele tomasse seu nome, e sua mulher o de sua mãe, e seus filhos os nomes dos seus..." (CABRAL, 1887, 101). Apesar de tais honrarias, as relações com os colonos não eram fáceis, e o chefe indígena chegou a se afastar dos brancos, abandonando a aldeia. Foi dissuadido pelos jesuítas, que conseguiram convencê-lo, após muitas hesitações, a retornar à aldeia e ali se estabelecer em caráter

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
  
D  
E  
  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.



permanente, sob a autoridade dos padres. Maracajaguaçu teve de vencer algumas resistências entre sua parentela, mas conseguiu impor sua vontade. A aldeia recebeu o nome de Nossa Senhora da Conceição, à qual era dedicada a igreja. Em 1560, já estava organizada, com as construções concluídas, e recebia diariamente a visita de um jesuíta.

Na mesma época, um irmão de Maracajaguaçu, chamado pelos portugueses de Cão Grande, teria instalado sua taba em Guarapari. Vindo do Rio? Separando-se do irmão? Não se sabe. A carta do jesuíta que narra o fato, de 1558, diz que o chefe indígena teria consultado o donatário sobre o local onde deveria fazer sua aldeia, respondendo-lhe este que “junto ao mar, para o caso de poder ser socorrido quando fosse necessário”; e acrescenta o padre: “ele segurou muito esta vila” de Vitória (CABRAL, 1887, 102). Certamente a aldeia foi um baluarte contra os goitacás, em cuja fronteira se situava. Não foi colocada sob a direção dos jesuítas, que só teriam aldeia em Guarapari muitos anos depois, embora certamente a visitassem.

Maracajaguaçu e seus guerreiros deram importante apoio militar aos portugueses, inclusive no combate aos franceses, que tentavam carregar pau-brasil no litoral e chegaram a atacar Vitória. Quando Estácio de Sá passou pela capitania, na expedição contra os franceses e os tamoios, da qual resultou a fundação do Rio de Janeiro, o Espírito Santo enviou um numeroso contingente, comandado por Belchior de Azeredo, incluindo muitos maracajás, que assim tiveram a oportunidade de retomar a luta, em condições vantajosas,

contra seus inimigos tamoios.

Contudo, a situação dos maracajás deteriorou-se rapidamente na aldeia da Conceição. Em 1567, o padre Nóbrega relatava a violência praticada contra os caetés e afirmava:

*Depois que isto se praticou na Bahia, se aceitou também no Espírito Santo, principalmente com a geração que chamam do Gato, por estarem mais sujeitos, em os quais se fizeram muitas desumanidades, e fazem neste dia, e o mesmo se pratica onde o gentio tem qualquer sujeição ou obediência aos cristãos* (LEITE, 1940, 124).

Nessa época, já se havia formado outra aldeia, próxima à da Conceição. Surgiu a partir de 1562, quando Belchior de Azeredo<sup>1</sup> trouxe do sertão um grupo de temiminós – vindos do Rio de Janeiro, segundo o jesuíta – que estavam vivendo perto dos tupiniquins. Seu chefe seria Araribóia. Em 65, já estava estabelecida a aldeia, com igreja e casa para os jesuítas, na qual desde o ano anterior residia um padre. Era a aldeia de São João. O mesmo padre visitava regularmente outras duas aldeias indígenas na vizinhança, fazendo a catequese. Em São João já haviam sido batizadas mais de 400 almas, “das quais o Senhor há já levado boa parte” – diz o jesuíta – na epidemia de varíola no ano anterior (LEITE, 1954, 272). Além dessa perda, a aldeia sofreu outra, com a partida de um numeroso grupo de índios, chefiados por Araribóia, para lutar com Estácio de Sá no











região do rio Doce. No caminho encontraram um chefe já cristão, que se dirigia para Reis Magos com sua parentela, “passante de 100 almas”, aos quais os índios deram aviso de como haviam de ir seguramente, para não serem salteados. Seguiram em frente até encontrar “seus parentes” em duas aldeias, e conseguiram convencê-los – segundo o narrador, exaltando as virtudes dos padres e a proteção contra as “injúrias dos portugueses” – a descerem para Reis Magos (LEITE, T1, L3, 244-247).

Depois dos tupiniquins, chegou a vez dos aimorés. Na década de 1710, o padre Domingos Monteiro, antigo missionário em Ilhéus, onde “pacificara” aimorés da região, tornou-se superior da aldeia e conseguiu atrair e tratar a paz com os que viviam mais próximos das povoações do Espírito Santo, e iniciar sua catequese e aldeamento em Reis Magos. Porém, os aimorés da serra

continuaram hostis.

Na década seguinte, o padre João Martins saiu à procura dos paranaubis, também chamados Mares Verdes, embora residissem no sertão do rio Doce, na atual Minas. Empreendeu três entradas, indo sempre à mesma aldeia, e acabou conseguindo levá-los para o aldeamento, com o mesmo argumento de sempre: a proteção contra o cativo, que eles temiam mais do que tudo.

A partir dessa época, as invasões holandesas e a ocupação da região norte pelos portugueses (Estado do Maranhão e do Grão-Pará) atraíram os esforços dos jesuítas em outra direção, e o trabalho missionário no sertão do Espírito Santo foi interrompido. Porém, as aldeias de Reritiba e dos Reis Magos foram mantidas até a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, em meados do século XVIII. ■

## Bibliografia

- ANCHIETA, José de, 1988, **Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões**. Belo Horizonte- São Paulo, Itatiaia/USP.
- \_\_\_\_\_, 1958, **De gestis Mendi de Saa**, trad. Cardoso, Armando, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- CABRAL, Alfredo Valle, 1887, **Cartas Avulsas (1550-1568)**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- CARDIM, Fernão, 1978, **Tratados da terra e gente do Brasil**, Brasiliana v.168, São Paulo, Cia. Editora Nacional/MEC.
- DEAN, Warren, 1985, **Las poblaciones indígenas del litoral brasileño de São Paulo a Rio de Janeiro**, in: ALBORNOZ, Sanchez, **Poblacion y mano de obra en America Latina**, Madri, Alianza Editorial.

- DIAS, Ondemar, 1995, **A vida no Brasil ao tempo do tratado de Tordesilhas**, in LEMOS, M. Teresa Toríbio Brittes, org., Além do Mar Tenebroso, Rio de Janeiro, UERJ/PROEALC.
- FERNANDES, Florestan, 1963, **Organização social dos tupinambás**, São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- \_\_\_\_\_, 1976, **Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis**, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de, **História Geral da Civilização Brasileira**, A época colonial, 1, 5ª ed., 1976, DIFEL.
- LAMEGO, Alberto, 1913, **A Terra Goitacá**, Paris, L'Édition d'Art.
- LEITE, Serafim, 1938-1950, **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Lisboa/Rio de Janeiro, Livraria Portugália – Civilização Brasileira.

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A

D  
E

H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A

:  
:  
:  
:  
:  
:  
:  
:  
:  
:  
:  
:  
:  
:



LEITE, Serafim, 1961, **Aspectos do Brasil em 1571 numa carta inédita de Antônio da Rocha, superior no Espírito Santo**, Lisboa

\_\_\_\_\_ 1957, org. **Monumenta Brasiliæ**, v. II, IV, Roma,

\_\_\_\_\_ 1940, org. **Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)**, Brasiliiana, São Paulo, Cia. Editora Nacional.

\_\_\_\_\_ 1954, org. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**, São Paulo.

LERY, Jean de, 1950, **Viagem à Terra do Brasil**, São Paulo, Editora Martins.

MARQUES, César Augusto, 1878, **Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo**, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional.

METRAUX, Alfred, 1928, **La civilisation matérielle des tribus tupi-guarani**, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner.

NEVES, Luís Felipe Baeta, 1978, **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios**, Rio de Janeiro, Forense – Universitária.

NOBREGA, Pe. Manoel da, 1886, **Cartas do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

OLIVEIRA, José Teixeira de, 1975, **História do**

**Estado do Espírito Santo**, Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo.

SOUZA, Gabriel Soares de, 1974, **Tratado descritivo do Brasil em 1580**, São Paulo, Melhoramentos.

VASCONCELLOS, Simão de, 1865, **Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil**, Lisboa.

**Notas**

- \* Universidade Federal do Rio de Janeiro, aposentada.
- 1 Belchior de Azeredo substituiu Vasco Fernandes Coutinho quando este renunciou ao governo da capitania. Foi nomeado por Mem de Sá e era muito ligado aos jesuítas. Brás Lourenço, superior no Espírito Santo à época, era seu confessor e conselheiro.
- 2 Miguel de Azeredo, sobrinho de Belchior, foi capitão-mor durante o governo de Luisa Grimaldi, viúva de Vasco Fernandes Coutinho II. Era amigo de Anchieta, que chegou a se hospedar em sua fazenda quando já estava muito doente, no fim da vida.